



O BRANCO QUE NINGUÉM QUER SER: REFLEXÕES SOBRE A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE RACIAL BRANCA NO CONTEXTO BRASILEIRO

Daniara Thomaz, Graduada do curso de Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Maringá, membra-fundadora do Coletivo da Juventude Negra Maringaense Yalodê-Badá, pesquisadora associada ao Núcleo de Estudos Interdisciplinares Afro-Brasileiros (NEIAB-UEM) pelo Programa Universidade sem Fronteira, Maringá-PR, Brasil.

contato: daniaratfm@gmail.com

RESUMO

O presente artigo traz como proposta uma análise acerca das noções de branquitude e seus efeitos na sociedade brasileira, tendo como referência a construção simbólica e material da identidade racial dos sujeitos brancos. Tomando o conceito de branquitude enquanto um conglomerado de fenômenos históricos e sociais que atribuem aos indivíduos brancos a passabilidade no que diz respeito à cor da pele, pretendemos trazer à tona a discussão sobre os efeitos da construção da identidade racial branca dentro das relações raciais em solo brasileiro.

Levando em consideração as premissas do teórico Oracy Nogueira que compreendeu o racismo brasileiro como um tipo de preconceito baseado na cor da pele, ou seja, um preconceito de marca; buscamos identificar quais os efeitos de tal fenômeno racial e racista no âmbito de constituição da identidade sociorracial dos sujeitos brancos.

PALAVRAS-CHAVE: Branquitude, Racismo, Identidade Racial.



INTRODUÇÃO

Analisando o repertório nacional no que tange os significados atribuídos ao conceito de branquitude, verificamos um vasto campo de atribuições ao termo que se estendem desde a tradução literal de *whiteness* (WARE, 1990), apropriada dos estudos raciais desenvolvidos nos Estados Unidos a partir da década de 90, até as derivações do termo encontradas nos estudos da Psicologia Social que podem ser exemplificados pelos conceitos de branquidade e brancura. Por conta da ínfima produção científica acerca da temática, o significado de branquitude não se consolidou de forma exata para que pudéssemos tratá-lo com uniformidade dentro das áreas das ciências humanas. Contudo, cabe ressaltar que neste texto o termo branquitude será utilizado para designar o conjunto de privilégios concretos e simbólicos outorgados à população branca, e, derivados do processo histórico de escravização e subalternização da população negra e afro-descendente que se estendeu durante quase quatro séculos em terras brasileiras. Logo, a idéia de branquitude está totalmente atrelada aos acontecimentos históricos nacionais – e, portanto, à formação do próprio Estado nacional – que conferiram aos indivíduos brancos o *status quo* de seres universais e *arracializados*¹, cuja cor da pele não seria elemento importante na construção de sua localização social ou mesmo econômica.

Vale ressaltar, ao tratarmos do termo branquitude, a negligência por parte das Ciências Sociais ao abarcar o conceito como aspecto importante dentro de suas áreas de estudo. Com a ressalva de poucos trabalhos (e aqui podemos citar os trabalhos de Guerreiro Ramos (1982), Florestan Fernandes e Roger Bastide (1959) que apesar de não utilizarem o termo branquitude em si, ocuparam-se em compreender o local social do branco brasileiro), as Ciências Sociais como um todo não atribuiu ao estudo do branco

¹ Utilizo este termo como uma analogia ao conceito de *desracialização* usado pela teórica Lia Vainer Schucman. Neste sentido, o termo *arracializado* seria uma recusa à racialização dos indivíduos brancos e não um fenômeno de desfazer-se da raça, uma vez que esta nunca fora constituída no contexto de tais indivíduos.



brasileiro a relevância necessária para que a discussão acerca da posição ocupada pelos indivíduos brancos nas relações raciais fosse encarada enquanto componente importante para compreensão do tipo de racismo que ocorre em nosso país. Neste sentido, o racismo no Brasil sempre fora tido como um problema único e exclusivo do negro, sendo, também, sua resolução de responsabilidade apenas da população negra. Os efeitos de tal concepção das interações sociorraciais construíram um tipo de pacto narcísico (BENTO, 2002) entre os indivíduos brancos, no qual o silêncio acerca de sua condição racial é mantido e propagado de geração em geração, sem que as vantagens concretas e simbólicas derivadas do processo de supervalorização da população branca sejam mencionadas, ou, sequer evidenciadas por eles mesmos.

A ausência de discussão acerca do lugar do branco dentro das relações raciais, por parte das áreas das Ciências Sociais, conferiu à Sociologia das Relações Raciais certa insuficiência enquanto disciplina, que ocasionou um imaginário que concebe os estudos das relações sociorraciais, não como uma ciência consolidada, mas como uma discussão rasa, cujos objetivos se dão somente dentro do aspecto pessoal dos indivíduos negros. Tal pensamento desloca, mais uma vez, o racismo da posição de problema estrutural para o campo da individualidade dos sujeitos negros. Pois, se a temática racial não atinge relevância suficiente para ser lida como um campo de estudo sociológico, político ou antropológico, então, esta só pode ser compreendida enquanto um tema exclusivo de negros e negras que visam à discussão do problema, uma vez que sua solução envolve diretamente a posição social destes indivíduos. Nota-se, portanto, que mesmo quando a discussão racial atinge a produção científica, ela ainda é mantida como um problema do negro, haja vista a recusa de pesquisadores brancos em tratar do tema e a ausência de estudos que contemplem o branco como partícipe das relações raciais.

Com isto, a posição sociorracial dos indivíduos brancos nunca foi questionada a nível estrutural, uma vez que o fenômeno da racialização nunca foi atribuído a estes mesmos indivíduos. Dentro deste contexto, o que se deu fora uma desresponsabilização



do branco pelos atos racistas cometidos em solo brasileiro, e de forma totalmente esquizofrênica, o Brasil se torna um país racista, cujo racismo não é visto como responsabilidade daquele que o comete, mas sim como responsabilidade daquele que o sofre. A não-localização do branco dentro do campo das relações e interações raciais deu início a um processo de apagamento da história colonial e escravagista brasileira, cuja memória é totalmente distorcida no que diz respeito à participação dos sujeitos brancos no sistema de escravização e subalternização da população negra. Desta forma, ao encararmos nosso passado escravista nos deparamos com uma forte tendência de amenização da participação do branco enquanto senhor de escravos, ao mesmo tempo em que verificamos um forte movimento de ancoragem dos indivíduos negros na posição de escravizados. Este fenômeno em longo prazo produziu certo modo de lidarmos com as relações raciais no Brasil que tende sempre a colocar o branco como elemento neutro e sem quaisquer influências no jogo das discriminações raciais. Neste sentido, Maria Aparecida Silva Bento argumenta que:

Na verdade, o legado da escravidão para o branco é um assunto que o país não quer discutir, pois os brancos saíram da escravidão com uma herança simbólica e concreta extremamente positiva, fruto da apropriação do trabalho de quatro séculos de outro grupo. Há benefícios concretos e simbólicos em se evitar caracterizar o lugar ocupado pelo branco na história do Brasil. Este silêncio e cegueira permitem não prestar contas, não compensar, não indenizar os negros: no final das contas, são interesses econômicos em jogo (BENTO, p. 3, 2002).

Sendo assim, o silêncio acerca do legado da escravidão para o branco se tornou um mecanismo de manutenção dos privilégios conferidos a esta parcela da população que tende a recusar-se a adentrar o debate sobre as questões raciais, visto o apagamento histórico da atuação do branco enquanto alçoz e maior beneficiário do sistema escravagista.



A PRODUÇÃO DA BRANQUITUDE

O processo de racialização brasileiro, como nos informou Nogueira, tem como base a cor da pele, neste sentido, o nível de discriminação racial sofrido pelos indivíduos negros está, intrinsecamente, ligado ao nível de melanina manifestado por tais indivíduos. De outro modo: quanto mais retinto for o indivíduo, mais potente será o racismo aplicado a ele. Oracy Nogueira expõe em relação ao preconceito de marca que:

Assim, no Brasil, **a intensidade do preconceito varia em proporção direta aos traços negróides**; e tal preconceito não é incompatível com os mais fortes laços de amizade ou com manifestações incontestáveis de solidariedade e simpatia. Os traços negróides, especialmente numa pessoa por quem se tem amizade, simpatia ou deferência, causam pesar, do mesmo modo por que o causaria um “defeito” físico. Desde cedo se incute, no espírito da criança branca, a noção de que os característicos negróides enfeiam e tornam o seu portador indesejável para o casamento. [...] Em todas essas situações, sob o poder de sugestão da hilaridade, incute-se, sub-repticiamente, no espírito tanto das crianças brancas como das de cor, **a noção de “inferioridade” do negro ou de indesejabilidade dos traços negróides** (NOGUEIRA, p. 296, 2006, grifo nosso).

Portanto, as noções de beleza que envolvem o fenótipo de raça são todas construídas tendo como substrato a inferiorização da raça negra e a supervalorização da raça branca. É nítido que tal distinção não se restringe aos padrões de beleza e perpassam, também, todos os nossos constructos sobre intelectualidade, honestidade, integridade, sagacidade, etc. Não à toa, os estereótipos que envolvem a raça negra são todos baseados na idéia de depreciação, ainda aqueles considerados como positivos, por exemplo, o estereótipo da mulata sensual, ou, do negro malandro, que não tem significado outro que a hipersexualização da mulher negra e a criminalização do homem negro.

Segundo Homi Bhabha (1998), o estereótipo é “a principal estratégia discursiva do colonialismo” (BHABHA, p. 105, 1998). Neste sentido, o estereótipo age de maneira



que consegue fixar o elemento estereotipado dentro de suas categorias, ao mesmo tempo em que se utiliza da repetição para que a comprovação daquilo que o estereótipo informa seja tida como desnecessária. Em outras palavras, o estereótipo articula entre a manipulação de algo que já é dado e a repetição desta condição para sua conformação. O que nos interessa aqui é compreender os meios pelos quais o estereótipo constrói uma sentença imutável acerca do sujeito e como transforma tal sentença em uma condição *a priori* do mesmo sujeito. Isto é, de que maneira conformamos a noção de que mulheres negras são mais aptas ao sexo do que mulheres brancas? Ou, ainda: de que maneira concebemos a idéia de que mulheres negras são mais aptas ao sexo do que mulheres brancas como um dado pré-estabelecido? Os modos de articulação da prática de estereotipagem atuam de tal forma que o questionamento acerca da sentença dada se torna inválida ou desnecessária, uma vez que a condição suposta pelo estereótipo é concebida como uma condição *a priori*, ou seja, como algo que sempre esteve lá.

O fenômeno de inferiorização da população negra encontra na estereotipagem os subsídios necessários para que concebemos como natural algo que fora socialmente produzido. Vale destacar que na medida em que o pólo negro é inferiorizado, o pólo branco é supervalorizado, isso significa que no contexto deste binômio racial, ambas as partes são produções sociorraciais que encontram na representação a articulação e manutenção das desigualdades raciais. Neste sentido, compreendemos a construção da imagem positiva do sujeito branco como resultado da identidade racial constituída por meio de valores e ideais que propagam a ideologia racista amplamente propagada no século XVIII, que entre outras premissas tem como principal a noção de que quanto mais branco, melhor.

Logo, para entendermos a identidade branca como uma construção social e política tal qual a identidade negra, é necessário ater-nos às condições nas quais esta identidade fora construída. Para isso, precisamos compreender o processo de branqueamento em solo brasileiro como um processo histórico, cujos fins estavam,



declaradamente, no clareamento da população brasileira, e, por conseguinte, na ascensão da mesma, seja em aspectos intelectuais ou culturais. Mais do que um acontecimento histórico, o processo de branqueamento da sociedade brasileira fora um projeto articulado por cientistas e pensadores da época que viam no embranquecimento de nossa população a oportunidade de conferir aos padrões de sociabilidade nacionais os moldes encontrados em terras européias. Neste sentido, os hábitos, os padrões comportamentais, as formas relacionais, as organizações sociopolíticas consideradas boçais e selvagens encontradas nos povos originários e nos povos africanos que foram compulsoriamente trazidos para cá, perderiam seus traços primitivos e arcaicos na medida em que fossem se integrando a civilização européia e absorvendo seus padrões de socialização.

Desta forma, não podemos tirar de vista a ideologia racista de branqueamento pela qual se consolidou a sociabilidade brasileira para tratarmos de nossas identidades raciais. O que queremos propor aqui é uma reflexão sobre a construção da identidade racial branca por vias totalmente estruturadas em moldes socioculturais de discriminação e inferiorização acerca da população negra. Isto é, se internalizamos por meio de idéias, conceitos e até mesmo por dados ditos científicos – e aqui podemos citar as ciências do século XVIII que se ocupavam com a comparação entre as raças, como a craniologia e frenologia – que o negro é inferior, internalizamos, também, as premissas que pintavam o branco enquanto sujeito suprido de superioridade em relação a outras raças. Sendo assim, o branco como é visto em nossa sociedade é constructo de um conjunto de noções, ideologias, conceitos e processos demarcadamente racistas que compõem a história e formação de nossa sociedade. Isolar o branco do processo de construção e consolidação da sociabilidade brasileira é um erro grave, cujos efeitos podem ser verificados na ausência de localização do sujeito branco como ator e atuante das relações sociorraciais. Conceber os indivíduos brancos como elementos a parte e paralelos ao processo escravagista e colonial, e conseqüentemente aos efeitos de tal processo, é uma forma de distorção da nossa história nacional, uma vez que se não



tivermos em mesa todos os aspectos da história de nosso país, e por sua vez, todos os partícipes desta história, não teremos subsídios suficientes para construirmos uma análise honesta e condizente com a realidade sobre nossa história; produzindo, desta maneira, conhecimentos vazios e cheios de lacunas no que diz respeito aos processos de formação e consolidação da ordem social brasileira.

Nota-se, portanto, que ao mesmo tempo em que o branco produz o negro, índio e mulato enquanto seres desprovidos de poder cultural e intelectual, ele, também, constrói a si mesmo como sujeito munido de capacidade pensante, ou seja, munido de razão. Com isto, os não-brancos são realocados em uma posição sumariamente biológica, na qual a negação da razão é a primeira ferramenta de inferiorização destes indivíduos, transformando aspectos biológicos (como a cor da pele, textura de cabelo, traços faciais) em critérios para a apreensão e interpretação acerca do outro e de sua efetividade no que tange a idéia de cidadania, isto é, os indivíduos a serem considerados aptos para a integração à ordem social estariam nivelados por sua condição biológica. É neste sentido que a idéia de raça deixa de se limitar apenas ao âmbito biológico e passa a ocupar, também, a esfera social, uma vez que a posição social daqueles indivíduos estaria totalmente atrelada à sua condição racial biologicamente determinada. A ideologia de branqueamento fixa tais premissas e eleva para a prática algo que até então se mantivera na teoria dos ensaístas nacionais da época, assim, a miscigenação se torna o mecanismo mais efetivo para o clareamento da população brasileira. A miscigenação não seria um método de embranquecimento apenas físico, mas também – e talvez, principalmente – intelectual e cultural, desejava-se não apenas o extermínio dos traços negróides e/ou indígenas que manifestavam fisicamente a inferioridade humana, mas também a desintegração dos hábitos culturais e comportamentais de tais povos que eram tidos como subumanos e primitivos. A integração de tais povos à cultura européia significava, na realidade, o apagamento, ou melhor, a aniquilação das contribuições culturais dessas organizações sociais. A desintegração dos padrões de organização



social, cultural e política de tais grupos, fora um dos instrumentos mais eficaz no genocídio e epistemicídio dos povos originários e dos povos africanos.

Vislumbramos, portanto, a inserção dos estudos raciais importados da Europa no Brasil como um mecanismo racista para a consolidação da raça branca enquanto núcleo biologicamente superior aos demais grupos raciais. Os estudos raciais no Brasil durante os séculos XVIII, XIX não tiveram objetivos outros que a comparação entre raças e a comprovação de que a raça branca seria o ápice da civilização e superioridade humana. Amparados pela neutralidade da ciência, os estudos raciais provocou uma cisão entre a humanidade, na qual as capacidades físicas, intelectuais, culturais, políticas, econômicas de seres humanos demograficamente distintos passariam a ser julgadas tendo como critério único a raça. É necessário, portanto, perceber a idéia de raça utilizada em tais estudos como um instrumento político articulado dentro da disputa de poder em um contexto de colonialismo europeu. Quero dizer, o significado atribuído ao termo raça dentro dos estudos que abarcavam a análise comparativa entre populações localizadas em diferentes pontos do globo, fora articulado de maneira totalmente conveniente àquilo que interessava à população branca européia. Então, diferenças culturais, organizacionais e sócioestruturais que se davam muito menos por motivos raciais e biológicos do que por condições geográficas e culturais distintas, passaram a ser encaradas enquanto fenômenos naturais determinados pelo conceito de raça. A antropóloga Lilia Schwarcz expõe que:

Assim, interessa compreender como o argumento racial foi política e historicamente construído nesse momento, assim como o conceito de raça, que além de sua definição biológica acabou recebendo uma interpretação sobretudo social. O termo raça, antes de aparecer como um conceito fechado, fixo e natural, é entendido como um objeto de conhecimento, cujo significado estará sendo constantemente renegociado e experimentado nesse contexto histórico específico, que tanto investiu em modelos biológicos de análise. [...] É nesse sentido que o tema racial, apesar de suas implicações negativas, se transforma em um novo argumento de sucesso para o



estabelecimento das diferenças sociais (SCHWARCZ, p. 24, 1957).

Interessa-nos analisar aqui, a maleabilidade no conceito de raça e sua negociação conceitual no que diz respeito seu significado para tratarmos das diferenças sociorraciais, e ainda, sua legitimidade dentro da produção do conhecimento científico, bem como o seu uso. Pois, se a idéia de raça era utilizada de determinada maneira e para determinado fim na ciência durante os séculos anteriores, o que se sucedeu para que o mesmo conceito passasse a ser ignorado, ou no mínimo, menosprezado por esta mesma ciência atualmente, que pouco se dedica a entender raça em seu sentido sociológico?

A questão que pretendemos lançar luz neste texto se encontra na formação de uma classe racial por meio da subjugação de outros grupos raciais. Para compreendermos tal fenômeno de construção desta identidade racial, precisamos nos debruçar sob os processos de significação pelos quais o conceito de raça tem trespassado no campo da produção científica. O conceito de raça chegou ao nosso país totalmente alinhado às premissas positivistas e racionalistas que concebiam os moldes de civilização européia como o ápice da superioridade humana, neste sentido, a idéia de raça utilizada para a análise dos povos não-europeus tinha como substrato noções extremamente deterministas e que em nada se assemelhavam com o conceito de raça empregado nos estudos sócio-antropológicos produzidos atualmente; Segundo Guerreiro Ramos (1954) “o negro tem sido estudado, no Brasil, a partir de categorias e valores induzidos predominantemente da realidade européia”; isto significa que a condição social *negro* esteve sempre enfocada por um viés eurocêntrico – e ainda, brancocêntrico –, tendo sua caracterização, composição e construção social e racial totalmente vinculada às idéias européias de sociedade, humanidade e cultura. Com isto, o negro antes fixado em sua posição de escravizado adentra o campo da ciência enquanto um objeto de estudo absoluto apropriado pelo branco, e, utilizado, mais uma vez, para fins de promoção da superioridade branca, ainda que por um discurso diferenciado.



Neste cenário, evidenciamos a construção da representação do negro dentro do contexto de produção científica como um mecanismo potencializador da assimetria de poder das relações raciais. O que não devemos descartar de nossa análise é que assim como a idéia de negro e negritude foram produzidas por ideais racistas e racialistas, a representação do branco e da branquitude também foram construídas dentro deste campo. As noções de universalidade e racionalismo que envolve a branquitude são efeitos dessa produção do conhecimento unilateral que construiu a identidade racial branca, ainda que de forma latente, como um fenômeno que dispensa análise e reflexão, uma vez que esta compõe o conceito de normalidade imposto pela própria branquitude. Assim, cria-se um ciclo vicioso – que começa a ser questionado somente com a introdução dos estudos sobre branquitude nos anos 2000 no Brasil –, no qual a efetividade da representação positiva da população branca é conformada e reafirmada na medida em que a própria branquitude se mantém ausente das discussões raciais e da localização racializada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por fim, concluímos este artigo compreendendo a identidade racial branca como resultante de um processo de racialização histórico, cujos efeitos na população branca foram ocultados como forma de manutenção e preservação dos benefícios simbólicos e materiais conferidos aos indivíduos brancos durante o sistema escravista nacional. Ademais, entendemos por branquitude a condição sociorracial experienciada pelos sujeitos brancos, que envolve uma série de elementos que vão desde nossa apreensão sobre o fenótipo da raça branca até os aspectos mais concretos expressos pelas posições socioeconômicas mais favorecidas ocupadas pelos indivíduos brancos.

Compreender a identidade racial branca como constructo sóciohistórico, agenciado pelos processos colonialistas de escravização é abrir espaço, dentro do campo das relações raciais, para debatermos o local ocupado pela população branca no cruel jogo de desigualdades étnico-raciais. Além disso, tal constatação possibilita, também, o



questionamento acerca das análises que concebem o racismo como problema de responsabilidade exclusiva do negro. Portanto, tratar da branquitude, ainda que de forma atrasada e sem bases sólidas o suficiente para um conceito fechado, enquanto um fenômeno racial produzido através de posicionamentos científicos e ideologias eurocêntricas é o percurso mais honesto que vislumbramos para atribuir à sociologia das relações raciais a seriedade e legitimidade científica dada a qualquer outra vertente de estudo dentro das Ciências Sociais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.

BENTO, Maria Aparecida Silva; CARONE, Iray. **Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil**. Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

NOGUEIRA, Oracy. Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem. **Tempo social** - Revista de Sociologia da USP, São Paulo, v. 19, n. 1, p. 287-308, nov. 2006.

RAMOS, Guerreiro. O problema do negro na sociologia brasileira. **Cadernos de Nosso Tempo**, Brasília, v. 2, n. 2, p. 189-220, jan./jun. 1954.

SCHWARCZ, Lilia M. **Espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930** – São Paulo: Companhia das Letras, 1993.